



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: - http://www.mec.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.020536/2020-07

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa de prestação de serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado remunerado e não obrigatório, de estudantes que estejam regularmente matriculados e frequentando cursos de nível superior, na modalidade graduação, em instituições de ensino sediadas em Brasília, ou em instituições com sede em outros estados que ofertem cursos na modalidade a distância, oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, vinculados à estrutura de ensino público ou privado, conforme as especificações e condições estabelecidas neste termo de referência:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	VAGAS DE ESTÁGIO NS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO VALOR UNITÁRIO R\$	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENSAL MÁXIMA (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL (R\$)
1	Contratação de agente de integração de estágio, visando à prestação de serviços continuados de operacionalização do programa de estágio, incluindo: processo de seleção de estudantes, a contratação do seguro contra acidentes pessoais, e demais procedimentos relacionados à concessão e ao auxílio na gestão de vagas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	15156	75	R\$ 30,50	R\$ 2.287,50	R\$ 27.450,00

1.2. O objeto deste termo de referência enquadra-se como serviço comum, de caráter contínuo, para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, no art. 3º do Decreto nº 10.024, de 2019 e na Portaria MEC nº 1.478, de 2014, cabendo licitação na modalidade pregão, tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.4. A taxa de administração corresponde ao custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais, as despesas com o recrutamento e seleção dos estagiários, despesas com pagamento do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e toda e qualquer outra despesa decorrente da execução do objeto.

1.5. O MEC não se obriga a contratar todas as vagas de estágio acima quantificadas e o preenchimento delas ocorrerá mediante solicitações, na medida das necessidades do serviço. Somente será efetuado o pagamento da taxa de administração referente às vagas de estágio com termos de compromisso de estágio vigentes, independentemente do quantitativo de vagas disponíveis.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de estagiários encontra previsão na Lei nº 11.788, de 2008 e na Instrução Normativa nº 213, de 2019, que estabelecem orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observada a Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Baseando-se na legislação supracitada, instituiu-se o Programa de Estágio Supervisionado com o objetivo principal de contribuir para a formação social, educacional e profissional de estudantes, por meio da vivência e experiências adquiridas no MEC.

2.3. Apoiando a manutenção do programa, faz-se necessária a contratação de um agente de integração, órgão ou entidade que seja capaz de prestar serviços continuados de estágio no âmbito do MEC, dando continuidade ao serviço que já é prestado atualmente, conforme descrito no item 1.5 Análise da Contratação Anterior do Estudo Técnico Preliminar (2788624).

2.4. O papel esperado do agente de integração é atuar como interlocutor entre a instituição de ensino, o estagiário e o MEC, conferindo dinâmica ao Programa de Estágio Supervisionado, à medida que oferecerá cadastro amplo e atualizado de estudantes nas diversas áreas de conhecimento, recrutamento dos candidatos às vagas e redução das rotinas e procedimentos necessários à elaboração, acompanhamento e encerramento dos termos de compromisso de estágio.

2.5. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados de acordo com a sua natureza:

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 - dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações - institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
- Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010 - dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 - regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 - dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 - dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018 - estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 - estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 - dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2020, que altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 - dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria MEC nº 14.787, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU, em 1 de dezembro de 2014 - define todos os serviços considerados de natureza contínua que cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, no âmbito deste Ministério.
- Portaria MEC nº 120, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016 - institui o rito do processo administrativo e de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito deste Ministério.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução, conforme item 5 do Estudo Técnico Preliminar da contratação (2788624), abrange a prestação do serviço de agente de integração para a operacionalização de processo seletivo e gestão das vagas de estágio no âmbito do MEC, respeitando a reserva de vagas para portadores de deficiência e para minorias étnico-raciais, em consonância com o previsto na legislação vigente.

3.1.1. Os agentes de integração poderão atuar em infraestruturas físicas ou virtuais.

3.2. Caberá ao agente de integração:

- 3.2.1. promover a transição contratual para a manutenção dos atuais estagiários de modo que não haja prejuízo às atividades desenvolvidas nos setores e nem ao processo de aprendizagem dos estudantes;
- 3.2.2. prestar, na forma de serviços contínuos, o atendimento das demandas de abertura de vagas, de contratação, renovação e desligamento de estagiários, bem como envio de relatórios e dados específicos, quando solicitado pelo MEC;
- 3.2.3. comprovar, no momento da Qualificação Técnica, que possui parceria de trabalho (convênios firmados) com instituições de ensino sediadas em Brasília, ou em instituições com sede em outros estados que ofertem cursos na modalidade à distância, cujos cursos sejam regulados pelo MEC;
- 3.2.4. promover o recrutamento de estudantes por meio de processo seletivo, cujos critérios serão estabelecidos pelo MEC no edital de abertura, que deverá ser amplamente divulgado;
- 3.2.5. preparar toda a documentação legal referente ao estágio (termos de compromisso de estágio, termos aditivos, planos de atividades, relatórios de acompanhamento e avaliação de estágio, dentre outros documentos relacionados ao contrato);
- 3.2.6. manter canal de comunicação físico e/ou on-line; em espaço condizente, instalado para este fim. A Contratada poderá dispor de estrutura física, logística administrativa, operacional e de recursos humanos, em escritório presencial ou agência de trabalho. Contudo, em se tratando de agências virtuais, deve dispor de estruturas logística administrativa, operacional e de recursos humanos que detenham capacidade de se comprometer com a política de inserção do jovem educando às atividades de estágio no ambiente web.
- 3.2.7. orientar os estagiários quanto aos documentos e às providências necessárias à efetivação do termo de compromisso de estágio, sobre os deveres, os direitos e as obrigações;
- 3.2.8. orientar os estagiários quanto à apresentação pessoal e postura profissional no ambiente de trabalho;
- 3.2.9. disponibilizar ações de desenvolvimento (palestras, cursos ou outros eventos educacionais) para os estagiários, por meio de cronograma de ações a ser aprovado pelo MEC;
- 3.2.10. realizar semestralmente, junto aos supervisores, as avaliações de desempenho do estudante na atividade de estágio;
- 3.2.11. acompanhar junto à instituição de ensino a matrícula e a frequência regular do estudante no curso e encaminhar relatório semestral ao MEC, sendo motivador de cancelamento do estágio o não cumprimento de um ou mais dos requisitos citados;
- 3.2.12. quando do desligamento do estagiário, comunicar à instituição de ensino o término do vínculo do estudante com o MEC;
- 3.2.13. realizar entrevistas de desligamento encaminhando relatório mensal ao MEC;
- 3.2.14. disponibilizar sistema informatizado, via web, para realização dos trâmites administrativos e auxílio na gestão das vagas de estágio;
- 3.2.15. manter canais de comunicação físicos ou on-line de modo a atender as demandas das instituições de ensino, dos estagiários e do MEC;
- 3.2.16. como um dos critérios e práticas de sustentabilidade, empregar esforços no sentido de reduzir ao máximo a utilização de papel e impressões dos termos de compromisso de estágio, termos aditivos, planos de atividades, relatórios de acompanhamento e avaliação de estágio, dentre outros documentos relacionados ao contrato. Sempre que viável, entre as partes envolvidas nas assinaturas destes documentos, os mesmos devem ser em meio eletrônico e, ou digitalizados, seguindo o padrão do SEI – Sistema Eletrônico de Informações e, ou formato PDF-A / pesquisável, conforme padrão AFD – Assentamento Funcional Digital;
- 3.2.17. apresentar nota fiscal/fatura ao Ministério da Educação com os valores correspondentes discriminados para a liquidação das despesas do mês em questão;
- 3.2.18. promover o ajuste das condições de estágio, conforme legislação vigente, entre as instituições de ensino e o MEC;
- 3.2.19. contratar em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar do termo de compromisso de estágio o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora;
- 3.2.20. atender e orientar o estagiário acidentado e/ou sua família, no sentido de preparar o processo de reembolso de despesas e/ou recebimento do seguro em caso de acidentes como invalidez parcial ou permanente e em caso de morte do segurado;
- 3.2.21. tomar todas as demais providências pertinentes, de seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste termo de referência, segundo os interesses das partes, prévia e reciprocamente ajustados; e
- 3.2.22. manter à disposição da fiscalização a documentação que comprove a relação de estágio sempre que necessário (termo de compromisso de estágio devidamente assinado; certificado individual de seguro de acidentes pessoais; comprovação da regularidade da situação escolar do estudante; avaliações de estágio e relatório - verificação da compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso);

4.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
4.1.	Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
4.2.	Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
4.3.	A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
4.4.	Em cumprimento aos requisitos de seleção do fornecedor, a licitante deverá apresentar todos os documentos comprobatórios de sua habilitação técnica e financeira exigidos neste Termo de Referência, ou outros que porventura sejam solicitados para comprovação da capacidade quanto à execução dos serviços em caráter de diligência, nos casos em que não se resta claro a comprovação. <u>QUANTO À MODALIDADE</u>
4.5.	Pelas razões colocadas neste Termo de Referência e em obediência aos ditames legais, demonstrado tratar-se de serviço comum, enquadra-se a demanda de licitação no Pregão, em sua forma eletrônica, conforme os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 10.024, de 2019. <u>QUANTO AO TIPO DE LICITAÇÃO</u>
4.6.	O critério objetivo de seleção do fornecedor será o do menor preço global, com a proposta mais vantajosa. As propostas serão encaminhadas ao pregoeiro para a avaliação quanto a exequibilidade, prevista na Lei nº 8.666, de 1993.
5.	DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5.1.	A empresa vencedora do processo licitatório deverá manter a transição contratual, absorvendo os estagiários ativos após a assinatura do contrato, tão logo seja encerrado o compromisso com a empresa atual, mediante a emissão de novos termos de compromisso de estágio e providenciadas as assinaturas por todas as partes.
5.1.1.	A transição contratual faz-se necessária de modo a não interromper a prestação dos serviços nas unidades do MEC e nem prejudicar financeiramente os estagiários, com a observância de que a soma do período de estágio não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos, conforme disposto na Lei nº. 11.788, de 2008.
5.2.	As atividades de estágio serão executadas nos seguintes endereços: <ul style="list-style-type: none">• Esplanada dos Ministérios - Bloco “L” – Edifício Sede e Anexos I e II – Brasília/DF - CEP: 70.047-900; e• Conselho Nacional de Educação - SGAS 607, Lote 50, Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70.200-670.
5.2.1.	A carga horária a ser cumprida pelo estagiário será de 6 (seis) horas diárias / 30 (trinta) horas semanais, em horário compatível com o horário escolar e observando o horário de funcionamento do MEC (dias úteis, das 7:00 às 20:00).
5.3.	Complementarmente ao item 3 do Estudo Técnico Preliminar (2788624), são requisitos necessários para o atendimento do objeto: 5.3.1. O preenchimento das vagas de estágio ocorrerá de acordo com as demandas do MEC, conforme classificação em processo seletivo com critérios estabelecidos em edital, devendo este Órgão repassar ao agente de integração contratado, mensalmente, a quantia referente à taxa de administração per capita, na qual estarão inclusos todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo: despesas administrativas/operacionais, despesas com o recrutamento e seleção dos estagiários, despesas com pagamento do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e toda e qualquer outra despesa decorrente da execução do objeto. 5.3.1.1. Os serviços serão aferidos mediante batimento da fatura entregue pela contratada com o relatório de estagiários em folha de pagamento extraído do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE, bem como pelo cumprimento das demandas e dos prazos estabelecidos em contrato. Somente será efetuado o pagamento da taxa de administração referente às bolsas de estágio com termos de compromisso de estágio vigentes, independentemente do quantitativo de vagas disponíveis. 5.3.1.2. Na seleção pública de estagiários, haverá reserva de vagas para portadores de deficiência e para minorias étnico-raciais, em consonância com o previsto na legislação vigente, sendo de responsabilidade da contratada a avaliação dos candidatos inscritos para as cotas. 5.3.1.3. No caso da contratada não conseguir efetivar as proporções legalmente determinadas no item 5.2.1.2, deverá informar ao MEC no prazo de 10 dias contados da solicitação, de forma justificada e por escrito, a impossibilidade de encaminhamento desses candidatos. 5.3.1.4. A seleção pública de estagiários, deverá prever o atendimento ao disposto no Decreto nº. 7.203/2010; Súmula Vinculante nº 13/STF nos termos do Encarte A - Modelo de Declaração de Parentesco (2788646). 5.3.1.5. O edital de seleção de estagiários será elaborado e publicado pela equipe do Programa de Estágio Supervisionado do MEC e operacionalizado pelo agente de integração, visando garantir a isonomia entre todos os partícipes e observando o princípio da impessoalidade. 5.3.2. O agente de integração deverá ter capacidade técnica e operacional para realizar as entregas previstas no item 6, que poderá ser comprovada mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por órgão da administração pública ou empresas públicas ou privadas, a qual tenha prestado serviços de agente de integração de estágio com quantitativo de vagas de estágio igual ou superior ao discriminado neste termo. 5.3.3. O agente de integração deverá possuir sistema informatizado, disponível via web, facilitando a gestão das vagas de estágio e os trâmites administrativos, incluindo a assinatura dos termos de compromisso de estágio e termos aditivos de forma digital. 5.3.4. Ressalta-se que os termos de compromisso de estágio e seus respectivos aditivos são documentos que regem a relação de estágio entre a instituição de ensino, o estudante e o MEC, trazendo obrigações e imputando responsabilidades a este Órgão. Desse modo, deverão conter todos os itens obrigatórios previstos na legislação vigente e outros que o MEC julgar pertinentes. 5.3.4.1. O Encarte B - Modelo de Termo de Compromisso de Estágio (2788659) contempla os itens dispostos anteriormente. 5.3.5. Os serviços deverão ser realizados de acordo com cronograma a ser definido pela equipe do Programa de Estágio Supervisionado e posteriormente à assinatura do contrato.
6.	DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
6.1.	O serviço compreende a operacionalização de até 75 (setenta e cinco) vagas de estágio para estudantes de nível superior, na modalidade graduação.
6.1.1.	Entende-se por operacionalização do estágio, entre outros, os serviços de: recrutamento, seleção, contratação, renovação, controle, acompanhamento, avaliação e desligamento do estagiário, além da produção de relatórios sobre as atividades realizadas.
6.2.	A execução do objeto será iniciada a partir da data de assinatura do contrato, na forma que segue:
6.2.1.	A empresa vencedora do processo licitatório deverá absorver todos os estagiários ativos do contrato anterior, em até 10 (dez) dias úteis, mediante cronograma a ser estabelecido pelo MEC, e sem ônus à contratante.
6.2.2.	Nos 10 (dez) primeiros dias úteis, não haverá pagamento devido à absorção dos estagiários prevista no item anterior.
6.3.	O agente de integração deverá ser responsável pelas seguintes entregas: 6.3.1. Recrutar candidatos para as vagas, por meio de divulgação do edital de seleção publicado pelo MEC, incluindo o processo de inscrição dos candidatos; 6.3.2. Realizar processo de seleção de estagiário conforme edital de seleção publicado pelo MEC, incluindo, se for o caso, a critério da contratante, análise curricular, aplicação e correção de provas e/ou outras metodologias de seleção; 6.3.3. Apurar os resultados de cada etapa do processo seletivo; 6.3.4. Apresentar e gerenciar a lista de classificados em cada fase, considerando os percentuais legais de reservas de vagas de acordo com os critérios estabelecidos em edital de seleção; 6.3.5. Administrar a quantidade de vagas de bolsa de estágio, ocupadas e disponíveis, em conjunto com a contratante, apresentando um relatório detalhado mensal dos dados dos estagiários e seus termos de compromisso de estágio; 6.3.6. Suprir as vagas sempre que solicitado pelo MEC, de acordo com classificação e regras do prévio processo seletivo; 6.3.7. Efetivar a contratação do estagiário selecionado pela contratante, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da convocação do candidato pré-selecionado, ou em tempo inferior, quando justificadamente, houver urgência na requisição; 6.3.8. Observar se a instituição de ensino do estudante escolhido possui autorização de funcionamento e se o curso é reconhecido pelo MEC; 6.3.9. Informar a contratante sobre as exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio; 6.3.10. Contratar seguro de acidentes pessoais em favor de cada estagiário, comprovando à contratante que a apólice é compatível com os valores de mercado; 6.3.11. Verificar a regularidade matricular e de frequência de todos os estagiários, apresentando semestralmente relatório ao MEC da comprovação dos vínculos dos estagiários com as respectivas instituições de ensino; 6.3.12. Notificar, imediatamente, o MEC acerca de qualquer alteração na situação escolar dos estagiários, como conclusão, interrupção ou desligamento do curso; 6.3.13. Comunicar, imediatamente, ao MEC caso tome ciência de qualquer irregularidade sobre os estagiários; 6.3.14. Orientar os estagiários quanto aos documentos e às providências necessárias à efetivação do termo de compromisso de estágio, sobre os deveres, os direitos e as obrigações; 6.3.15. Orientar os estagiários quanto à apresentação pessoal e postura profissional no ambiente de trabalho; 6.3.16. Realizar semestralmente, junto aos supervisores, as avaliações de desempenho do estudante na atividade de estágio; 6.3.17. Fornecer declarações solicitadas pelos estagiários no prazo de 5 (cinco) dias úteis; 6.3.18. Monitorar o término da vigência dos termos de compromisso de estágio para que a vaga não fique desprovida; 6.3.19. Comunicar à contratante e ao estagiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre a previsão de encerramento da vigência do termo de compromisso de estágio para fins de análise da pertinência da renovação; 6.3.20. Realizar entrevistas de desligamento encaminhando relatório mensal ao MEC; 6.3.21. Realizar os procedimentos de desligamento do estagiário ao fim da vigência dos termos de compromisso de estágio ou quando solicitado; 6.3.22. Comunicar à instituição de ensino o término do vínculo do estágio com o MEC, quando do desligamento do estudante; 6.3.23. Disponibilizar ações de desenvolvimento (palestras, cursos ou outros eventos educacionais) para os estagiários, por meio de cronograma de ações a ser aprovado pelo MEC; 6.3.24. Disponibilizar sistema informatizado, via web, para realização dos trâmites administrativos e auxílio na gestão das vagas de estágio; e 6.3.25. Disponibilizar ambiente web para apoiar o estagiário, quanto a sua data de início e documentos necessários para a contratação.
6.4.	Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
6.4.1.	Tal vedação deve-se ao fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.
6.4.2.	Conforme entendimentos da Corte de Contas, configura-se a discricionariedade da Administração, sem, no entanto, restringir a competitividade, o que ao caso se percebe haja vista o objeto ora contratado não possuir como característica serviços típicos de perfil técnico diferenciado que necessitem a junção de empresas para a perfeita e fiel execução contratual.
7.	DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
7.1.	A gestão do contrato, bem como a fiscalização das atividades da empresa a ser contratada, ficarão a cargo do Centro de Formação e Aperfeiçoamento – CEFAP, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP.
7.2.	Para a correta execução dos serviços contratados, o MEC designará um ou mais servidores para atuar como fiscal(is) do contrato, sendo este(s) responsável(is) pela comunicação entre o MEC e a contratada.
7.2.1.	A comunicação entre o MEC e a contratada dar-se-á por meio do endereço eletrônico capacitacaoestagio@mec.gov.br, dos telefones (61) 2022-7364 ou 2022-7350 e, ainda, de forma presencial, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento, Anexo II, Térreo, do Ministério da Educação.
7.2.2.	A gestão do contrato, bem como a fiscalização das atividades da empresa a ser contratada ficarão a cargo do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, e respectivos substitutos, a serem designados por portaria interna publicada em boletim de serviço, após a assinatura do contrato.
7.3.	A contratada deve designar agente(s) responsável(is) pela gestão do contrato, na figura de preposto(s), possibilitando à contratante acesso a profissional capacitado, conhecedor do contrato firmado e responsável por esclarecer dúvidas e receber demandas quanto à execução e fiscalização do contrato.
7.4.	Será exercido, pela contratante, o acompanhamento dos aspectos técnicos e administrativos da execução do serviço contratado com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo a qualidade do serviço e a conformidade com os prazos estipulados no contrato por meio de registros formais e da emissão de relatórios semestrais.

- 05/08/2021SEI/MEC - 2788626 - Termo de Referência
- 7.5.

A qualidade dos serviços prestados será objetivamente mensurada com base no Encarte C - Instrumento de Medição de Resultados (2788664).
- 7.6.

A equipe de fiscais deverá encaminhar relatório de execução contratual para o gestor do contrato, contendo registro, análise e conclusão das ocorrências na execução do contrato.
- 7.7.

O gestor do contrato deverá analisar o relatório de execução contratual e, se aprovado, emitir o termo circunstanciado, o qual será instrumento de aceite definitivo dos serviços prestados, atestando o cumprimento das obrigações da contratada.
- 7.8.

O valor mensal a ser pago à contratada corresponderá ao número efetivo de estagiários com termos de compromisso vigentes, multiplicado pelo valor da taxa de administração oferecida no processo licitatório.
- 7.8.1.

O preenchimento das vagas de estágio ocorrerá de acordo com as necessidades no MEC, devendo este repassar à contratada, mensalmente, a quantia referente à taxa de administração per capita, na qual estarão inclusos todos os custos relativos à prestação dos serviços.
- 7.8.2.

O MEC não se obriga a contratar todas as vagas de estágio quantificadas e o preenchimento delas ocorrerá mediante solicitações, na medida das necessidades do serviço. Somente será efetuado o pagamento da taxa de administração referente às vagas de estágio com termos de compromisso de estágio vigentes, independentemente do quantitativo de vagas disponíveis.
- 7.9.

A avaliação da conformidade dos serviços prestados será atestada, para fins de recebimento provisório (Encarte D - Modelo de Recebimento Provisório 2788673), com:
- 7.9.1.

Conclusão da etapa de transição contratual para a manutenção dos atuais estagiários do MEC (quando da assinatura do contrato);
- 7.9.2.

Divulgação e realização do processo seletivo, mediante edital de abertura publicado pelo MEC (ao menos um por exercício);
- 7.9.3.

Batimento do quantitativo de bolsas de estágio ativas no mês entre o relatório enviado pelo contratado e os dados cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE;
- 7.9.4.

Atendimento das demandas de abertura de vagas, de contratação, renovação e desligamento de estagiários, bem como envio de relatórios e dados específicos, quando solicitado pelo MEC;
- 7.9.5.

Recebimento de declaração de regularidade das matrículas dos estudantes em suas respectivas instituições de ensino (semestralmente);
- 7.9.6.

Relatório semestral de avaliações de desempenho de estagiários realizadas;
- 7.9.7.

Recebimento de relatório com comprovação das ações de desenvolvimento ofertadas aos estagiários; e
- 7.9.8.

Relatório mensal das entrevistas de desligamento realizadas.

- 7.10.

A avaliação da conformidade dos serviços prestados será atestada, para fins de recebimento definitivo (Encarte E - Modelo de Recebimento Definitivo 2788677) com a análise do relatório de execução contratual e emissão do termo circunstanciado pelo gestor do contrato.
- 7.11.

Sempre que houver ocorrência considerada indesejável, a contratante procederá ao registro desta, notificando o contratado e respeitando o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 7.12.

Poderão ser feitas glosas nos pagamentos mensais a cada ocorrência indesejada, conforme disposto no Encarte C (2788664) e no item 19 do presente termo de referência.
- 7.13.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja, além do redimensionamento dos pagamentos, sua rescisão pela contratante, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, que será formalmente motivada nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas no item 19 deste termo.
- 7.14.

A rescisão contratual poderá ser:
- 7.14.1.

Determinada por ato unilateral e por escrito da contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993 e será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, em conformidade com o § 1º do art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.14.2.

Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da contratante; ou
- 7.14.3.

Judicial, nos termos da legislação.
- 7.15.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, sem que haja culpa da contratada, esta será ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido, devolvido os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, se for o caso, quando devidamente comprovados.
- 7.16.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.17.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará, para ressarcimento da contratante, a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à contratante, além das sanções previstas neste termo de referência.
- 7.18.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 7.18.1.

Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- 7.18.2.

Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- 7.18.3.

De indenizações e multas.
- 7.19.

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá possuir sistema informatizado, disponível via web, facilitando os trâmites administrativos, incluindo a assinatura dos termos de compromisso de estágio e termos aditivos de forma digital.

8.

DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 8.1.

O sistema informatizado, disponível via web, deve permitir a execução e acompanhamento das rotinas estabelecidas neste termo de referência.

9.

DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.

Previsão de realização de pelo menos um processo seletivo por exercício, sendo a operacionalização de responsabilidade do agente de integração, podendo incluir análise curricular e aplicação de provas, de acordo com as diretrizes da contratante.
- 9.1.1.

Consoante ao quantitativo atual de vagas de bolsas de estágio existentes no MEC, o agente de integração deverá fazer o acompanhamento administrativo de cerca de 75 (setenta e cinco) estagiários.
- 9.2.

A proposta deverá ser encaminhada em conformidade com o Encarte F - Modelo de Proposta de Preços (2788684) e deverá vir acompanhada das seguintes declarações:
- 9.2.1.

Declaração de que presta os serviços de agente de integração por meio de sistema informatizado para gestão das vagas de estágio e que, durante a execução contratual, o sistema mantém desempenho adequado às necessidades do órgão ou empresa contratante.
- 9.2.2.

Declaração de que é possuidora de representação dotada de infraestrutura técnica e operacional adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços a serem contratados;
- 9.2.3.

Declaração de que possui registro de cooperação técnica ou de parceria com instituições de ensino sediadas em Brasília, ou em instituições com sede em outros estados que ofereçam cursos na modalidade à distância, oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, vinculados à estrutura de ensino público ou privado, para localização de estudantes que se adequem ao perfil solicitado pelo MEC.
- 9.2.4.

Declaração de Sustentabilidade Ambiental, nos moldes do Encarte G - Modelo de Decl. de Sust. Ambiental (2788696).

10.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2.

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3.

Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4.

Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência.
- 10.5.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 10.6.

Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto.
- 10.7.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9.

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada.
- 10.10.

Arquivar, entre outros documentos, projetos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, e notificações expedidas.
- 10.11.

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.

Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 11.2.

Promover a transição contratual para a manutenção dos atuais estagiários de modo que não haja prejuízo às atividades desenvolvidas nos setores e nem ao processo de aprendizagem dos estudantes.
- 11.3.

Prestar, na forma de serviços contínuos, o atendimento das demandas de abertura de vagas, de contratação, renovação e desligamento de estagiários, bem como envio de relatórios e dados específicos, quando solicitado pelo MEC.
- 11.4.

Divulgar e realizar o recrutamento de estudantes, por meio de processo seletivo, cujos critérios serão estabelecidos em edital de seleção publicado pelo MEC.
- 11.5.

Selecionar e encaminhar os estudantes candidatos ao estágio, incluindo desde o processo de inscrição, análise de critérios, aplicação e correção de provas e/ou outras metodologias de seleção, apuração dos resultados e classificação e convocação dos estudantes, conforme critérios e procedimentos estabelecidos em edital.
- 11.6.

Efetivar a contratação do estagiário selecionado pela contratante, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da convocação do candidato pré-selecionado, ou em tempo inferior, quando justificadamente, houver urgência na requisição.
- 11.7.

Preparar toda a documentação legal referente ao estágio e providenciar as assinaturas pelas partes (termos de compromisso de estágio, termos aditivos, planos de atividades, relatórios de acompanhamento e avaliação de estágio, dentre outros documentos relacionados ao contrato).
- 11.8.

Orientar os estagiários quanto aos documentos e às providências necessárias à efetivação do Termo de Compromisso de Estágio, sobre os deveres, os direitos e as obrigações.
- 11.9.

Orientar os estagiários quanto à apresentação pessoal e postura profissional no ambiente de trabalho.
- 11.10.

Realizar semestralmente, junto aos supervisores, as avaliações de desempenho do estudante na atividade de estágio;
- 11.11.

Disponibilizar ações de desenvolvimento (palestras, cursos ou outros eventos educacionais) para os estagiários, por meio de cronograma de ações a ser aprovado pelo MEC.
- 11.12.

Acompanhar junto à instituição de ensino a matrícula e a frequência regular do estudante no curso e encaminhar relatório semestral ao MEC, sendo motivador de cancelamento do estágio o não cumprimento de um ou mais dos requisitos citados.
- 11.13.

Fornecer declarações solicitadas pelos estagiários no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 11.14.

Quando do desligamento do estagiário, comunicar à instituição de ensino o término do vínculo do estudante com o MEC.
- 11.15.

Realizar entrevistas de desligamento encaminhando relatório mensal ao MEC.
- 11.16.

Disponibilizar sistema informatizado, via web, para realização dos trâmites administrativos e auxílio na gestão das vagas de estágio.
- 11.17.

Manter canais de comunicação físicos ou *on-line* de modo a atender as demandas dos estagiários e do MEC.

05/08/2021		SEI/MEC - 2788626 - Termo de Referência
11.18.	Empregar esforços no sentido de reduzir ao máximo a utilização de papel e impressões dos termos de compromisso de estágio, termos aditivos, planos de atividades, relatórios de acompanhamento e avaliação de estágio, dentre outros documentos relacionados ao contrato. Sempre que viável, entre as partes envolvidas nas assinaturas destes documentos, os mesmos devem ser em meio eletrônico e, ou digitalizados, seguindo o padrão do SEI – Sistema Eletrônico de Informações e, ou formato PDF-A / pesquisável, conforme padrão AFD – Assentamento Funcional Digital.	
11.19.	Apresentar nota fiscal/fatura ao Ministério da Educação com os valores correspondentes discriminados para a liquidação das despesas do mês em questão.	
11.20.	Promover o ajuste das condições de estágio, conforme legislação vigente, entre as instituições de ensino e o MEC.	
11.21.	Contratar em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar do termo de compromisso de estágio o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.	
11.22.	Atender e orientar o estagiário acidentado e/ou sua família, no sentido de preparar o processo de reembolso de despesas e/ou recebimento do seguro em caso de acidentes como invalidez parcial ou permanente e em caso de morte do segurado.	
11.23.	Notificar imediatamente o contratante acerca de qualquer alteração na situação escolar dos estagiários, como conclusão, interrupção ou desligamento do curso.	
11.24.	Comunicar ao contratante e ao estagiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre a previsão de encerramento dos termos de compromisso para fins de análise da pertinência da renovação.	
11.25.	Apresentar relação mensal dos estagiários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.	
11.26.	Observar se a instituição de ensino do estudante escolhido possui autorização de funcionamento e se o curso é reconhecido pelo Ministério da Educação.	
11.27.	Comunicar, imediatamente, ao contratante caso tome ciência de qualquer irregularidade sobre os estagiários.	
11.28.	Prestar informações quando acionados pelos os órgãos de controle da administração pública e da contratante.	
11.29.	Informar o contratante sobre as exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio.	
11.30.	Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais fatos ou atos noticiados que o envolvam, independente de solicitação.	
11.31.	Manter à disposição da fiscalização a documentação que comprove a relação de estágio sempre que necessário (termo de compromisso de estágio devidamente assinado; certificado individual de seguro de acidentes pessoais; comprovação da regularidade da situação escolar do estudante; avaliações de estágio e relatório - verificação da compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso).	
11.32.	Responsabilizar-se pela divulgação de dados pessoais não autorizada expressamente pela contratante, ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto do contrato.	
11.33.	Tomar todas as demais providências pertinentes, de seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste termo de referência, segundo os interesses das partes, prévia e reciprocamente ajustados.	
11.34.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.	
11.35.	Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.	
11.36.	Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:	
	<ul style="list-style-type: none">• prova de regularidade relativa à Seguridade Social;• certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;• certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada;• Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e• Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.	
11.37.	Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na prestação dos serviços.	
11.38.	Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos.	
11.39.	Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos para a prestação dos serviços.	
11.40.	Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.	
11.41.	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	
11.42.	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.	
11.43.	Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.	
12.	DA SUBCONTRATAÇÃO	
12.1.	Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.	
13.	DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA	
13.1.	É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.	
14.	DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO	
14.1.	O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.	
14.2.	O representante da contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.	
14.3.	A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste termo de referência.	
14.4.	O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.	
14.5.	O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.	
14.6.	As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.	
14.7.	A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Encarte C - Instrumento de Medição de Resultado (2788664), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:	
	<ul style="list-style-type: none">• não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou• deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.	
14.7.1.	A utilização do Instrumento de Medição de Resultado - IMR Encarte C (2788664) não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.	
14.8.	Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.	
14.9.	O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.	
14.10.	Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.	
14.11.	A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.	
14.12.	Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.	
14.13.	O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.	
14.14.	A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:	
14.14.1.	Batimento dos relatórios emitidos pelo contratado com o os dados cadastrados no SIAPE;	
14.14.2.	Preenchimento do IMR; e	
14.14.3.	Realização de relatório de execução contratual, contendo eventuais ocorrências e possíveis glosas.	
14.15.	A ausência de comunicação por parte do MEC, referente à irregularidade ou falhas, não exime o contratado das responsabilidades determinadas neste termo de referência.	
14.16.	As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.	
14.17.	A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.	
15.	DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	
15.1.	A emissão da nota fiscal/fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.	
15.2.	No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.	
15.3.	O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma.	
15.3.1.	Conclusão da etapa de transição contratual para a manutenção dos atuais estagiários do MEC (quando da assinatura do contrato);	
15.3.2.	Divulgação e realização do processo seletivo, mediante edital de abertura publicado pelo MEC (ao menos um por exercício);	
15.3.3.	Batimento do quantitativo de bolsas de estágio ativas no mês entre o relatório enviado pelo contratado e os dados cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE;	
15.3.4.	Atendimento das demandas de abertura de vagas, de contratação, renovação e desligamento de estagiários, bem como envio de relatórios e dados específicos, quando solicitado pelo MEC;	
15.3.5.	Recebimento de declaração de regularidade das matrículas dos estudantes em suas respectivas instituições de ensino (semestralmente);	
15.3.6.	Recebimento de relatório com comprovação das ações de desenvolvimento ofertadas aos estagiários; e	
15.3.7.	Relatório mensal das entrevistas de desligamento realizadas.	

- 15.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.4.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

15.5.2. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.5.3. Comunicar a empresa para que emita a nota fiscal/fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado ou instrumento substituto.
- 15.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura.
- 16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A emissão da nota fiscal/fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este termo de referência.
- 16.3. A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.6.1. o prazo de validade;

16.6.2. a data da emissão;

16.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.6.4. o período de prestação dos serviços;

16.6.5. o valor a pagar; e

16.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 16.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
- 16.8.1. não produziu os resultados acordados;

16.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5, de 2017, quando couber.
- 16.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 /100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

17. DO REAJUSTE

- 17.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 17.4. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária.
- 18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo extinto Ministério da Fazenda.
- 18.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.10. A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.11. Será considerada extinta a garantia:
- 18.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.11.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

18.11.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.11.4.	A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste termo aditivo e no contrato.
19.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19.1.	Com fundamento na Portaria nº 120, de 2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no termo/contrato e demais cominações legais a contratada que:
19.1.1.	apresentar documentação falsa;
19.1.2.	ensejar o retardamento da execução do objeto;
19.1.3.	falhar ou fraudar na execução do contrato;
19.1.4.	deixar de entregar a documentação exigida no edital;
19.1.5.	não manter a proposta e/ou não assinar o contrato;
19.1.6.	comportar-se de modo inidôneo;
19.1.7.	fizer declaração falsa;
19.1.8.	cometer fraude fiscal;
19.1.9.	ou incorrer em qualquer prática vedada no artigo 11 da Portaria MEC nº 120, de 2016.
19.2.	Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
19.3.	As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa;
19.4.	Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa;
19.5.	Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016, sendo possível a aplicação de:
19.5.1.	Advertência.
19.5.2.	Multa de: a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso; b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias; c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções; d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração; recusa parcial ou total na entrega do material; recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
19.5.3.	Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
19.5.4.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção não superior a dois anos.
19.5.5.	No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do contrato.
19.6.	A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, conforme o art. 7º da Portaria MEC nº 120, de 2016, observada a seguinte ordem: a) mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato; b) mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; c) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
19.7.	Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
19.8.	O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
19.9.	As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa.
19.10.	No caso de multa cuja apuração ainda esteja em processamento ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito parcialmente pela contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.
19.11.	A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria MEC nº 120, de 2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
19.12.	Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
19.13.	A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
19.14.	O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
19.15.	A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
19.16.	Caso a contratada descumpra quaisquer condições deste termo de referência/contrato poderá o contratante aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e/ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.
19.17.	As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
19.18.	Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou PAR.
19.19.	A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
20.	DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
20.1.	As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
20.2.	Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
20.3.	Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
20.3.1.	No mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por órgão da administração pública ou empresas públicas ou privadas, que a empresa tenha prestado serviços de agente de integração de estágio, com quantitativo total igual ou superior do item a ser contratado.
20.3.1.1.	O atestado deverá referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
20.3.1.2.	Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou de decorrido, pelo menos, um ano do início da execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da Instrução Normativa nº 05, de 2017;
20.3.1.3.	Com base no item 10.6, alínea "b" do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 05, de 2017, comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados.
20.3.1.4.	Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 05, de 2017.
20.3.1.5.	O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 05, de 2017.
20.4.	Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
20.4.1.	Taxa de administração - preço unitário: R\$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos).
20.4.2.	O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
20.4.3.	As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
21.	DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
21.1.	O custo estimado da contratação é de R\$ 27.450,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).
22.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
22.1.	Declara-se, que há orçamento disponível para a contratação conforme descrito no Certificado de Disponibilidade Orçamentária - CDO Nº 64/SPO/MEC (2574243) constante nos autos.
23.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
23.1.	A contratada fica obrigada a manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.
23.2.	Dúvidas na interpretação deste termo de referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cpl@mec.gov.br, subsidiado pela área demandante.
23.3.	O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link “Acesso à Informação/Licitações e Contratos”, bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
23.4.	Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da contratada.
23.5.	O foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
23.6.	Declaramos pela responsabilidade da elaboração do termo de referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do Anexo I do Decreto nº 3.555, de 2000.

CRISTIANA ALVES DO AMARAL - SIAPE 1553856
Integrante Requisitante

ÉRIKA BITTENCOURT DE SOUSA VÉRAS - SIAPE 1570184
Integrante Requisitante

HÉLIO BARBOSA DA SILVA - SIAPE 40460
Integrante Administrativo

JAIME BATISTA BELÉM, MATRÍCULA - SIAPE 50407
Integrante Técnico

Com base no inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 2019 e na Portaria nº 350, de 5 de outubro de 2017, aprovo o termo de referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

PAULO BERNARDES HONÓRIO DE MENDONÇA
Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Erika Bittencourt de Sousa Veras, Coordenador(a)**, em 29/07/2021, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Barbosa da Silva, Chefe de Serviço**, em 30/07/2021, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Batista Belem, Chefe de Serviço**, em 30/07/2021, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Alves do Amaral, Servidor(a)**, em 30/07/2021, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardes Honório de Mendonça, Coordenador(a)-Geral**, em 02/08/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2788626** e o código CRC **192AA113**.